

APRESENTAÇÃO



CESAR AUGUSTO BUBOLZ QUEIRÓS¹

Nos dias 22 e 23 de setembro de 2022, realizou-se, no auditório Rio Solimões da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a 16ª edição da Primavera dos Museus. O evento ocorreu a partir de uma parceria entre o Centro de Memória da Justiça do Trabalho da 11ª Região (Cemej11), dirigido atualmente por Genilza Evaristo Moreira, e o Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA/UFAM). Esta é a segunda vez que Cemej11 e LABUHTA firmam parceria a fim de promover evento científico sobre o uso da documentação da Justiça do Trabalho na pesquisa histórica: a primeira vez foi durante a XX Semana Nacional dos Museus, ocorrida no ano de 2019, quando foi realizado um evento na UFAM sobre a mesma temática. Deste 2007, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) realiza uma temporada cultural denominada “Primavera dos Museus” no início da estação homônima, tendo como objetivos promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros, aumentar o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade. A cada edição, um tema diferente é proposto para nortear as atividades dos museus. Neste ano, o tema foi “Independências & Museus”, buscando discutir os outros sentidos para as independências do Brasil neste ano do bicentenário.

Considerando a importância crescente do uso dos documentos da Justiça do Trabalho na pesquisa histórica, o atual evento buscou debater as perspectivas e possibilidades do uso desta documentação para uma abordagem historiográfica, se dispondo ainda apresentar algumas das pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito do

¹ Doutor em História pela UFRGS e professor do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM.



Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH/UFAM) e que vêm utilizando a documentação do Cemej11. Dada a qualidade e densidade dos debates, os textos apresentados nas duas mesas-redondas foram reunidos e ora compõem este dossiê intitulado “*Justiça do Trabalho e História Social na Amazônia: perspectivas e possibilidades para uma abordagem historiográfica*”.

A Justiça do Trabalho foi implementada no Brasil em 1941, durante o Estado Novo. No entanto, suas origens estão ligadas à criação do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), em 1923, e das Juntas de Conciliação e Julgamento e Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, em 1932. Conforme destaca Vannucchi, estes não eram órgãos jurídicos, mas administrativos, e não tinham poder de execução (embora mediassem e julgassem conflitos entre trabalhadores e patrões, caso a parte condenada descumprisse suas decisões, era necessário ingressar com uma ação na justiça comum para obrigá-la a isto) (Mattos; Droppa; Speranza, 2017. p. 151-174). Com a instalação da Justiça do Trabalho, em 1941, as decisões passaram a ter poder de execução. Em primeira instância, os processos eram julgados na Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ). Da decisão proferida na primeira instância, as partes poderiam recorrer a uma instância superior, inicialmente o Conselho Regional do Trabalho (CRT), a partir de 1946 denominado Tribunal Regional do Trabalho. Permanecendo o impasse, era possível entrar com recurso na terceira instância, o Conselho Nacional do Trabalho (posteriormente, Tribunal Superior do Trabalho – TST).

Conforme Pedro Andes, embora as Comissões Mistas de Conciliação e as Juntas de Conciliação e Julgamento tenham sido criadas em 1932, a instalação da 1ª JCJ de Manaus só ocorreu em 1941, ficando subordinada ao Conselho Regional do Trabalho da 8ª Região, com sede em Belém (Andes, 2021, p. 7-195). Segundo o autor, a criação da 1ª JCJ em Manaus estava definida por meio do Decreto-Lei n. 1.237, de 2 de maio de 1939. No entanto, por meio de outras fontes, Andes observa a existência de uma Junta de Conciliação e Julgamento e de uma Comissão Mista já em 1937. As JCJ eram formadas por um juiz do trabalho e por dois vogais, sendo um representante dos empregadores e outro dos empregados. Tinham a função de conciliar e julgar dissídios em que se pretenda o reconhecimento da estabilidade de empregado, dissídios concernentes a remuneração, férias e indenizações por motivo de rescisão do contrato individual de trabalho, dissídios resultantes de contratos de empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice e demais dissídios concernentes ao contrato individual de trabalho, podendo processar e



julgar os inquéritos para apuração de falta grave, julgar embargos opostos às suas próprias decisões ou impor multas e demais penalidades relativas aos atos de sua competência

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região – sediado em Manaus – foi criado apenas no ano de 1981, com a edição da lei nº 6.915 que estabelecia sua criação. Até este ano, os processos em segunda instância tramitavam na oitava região do TRT, com sede em Belém. Tal situação gerava um grande inconveniente na medida em que a distância entre Manaus e Belém poderia se tornar um grande obstáculo à continuação dos processos que tramitavam na JCI. Ademais, segundo Andes, parte significativa da documentação existente no Arquivo Geral do TRT8, no município de Ananindeua (PA), proveniente da 1ª JCI de Manaus encontra-se sem condições de manuseio. Tal situação cria uma dificuldade para que pesquisadoras e pesquisadores possam servir-se destes processos em segunda instância anteriores.

O Centro de Memória do TRT da 11ª Região foi criado pela Resolução Administrativa 067/2008, de 25 de março de 2008, tendo sido inaugurado em dezembro de 2010, tendo o objetivo de “praticar ações de difusão cultural e educação patrimonial voltadas à divulgação, preservação e valorização do acervo que compõem o patrimônio histórico da Justiça Trabalhista no Amazonas e Roraima”, possuindo um valioso acervo contendo processos trabalhistas produzidos no âmbito da Justiça do Trabalho da 11ª Região entre os anos de 1973 a 2006, dissídios coletivos dos anos de 1981 a 2000, Diários Oficiais, Acórdãos, livros de registros diversos (termo de abertura, audiência das Juntas de Conciliação e Julgamento de Manaus, protocolo especial de registros de reclamações), portarias e resoluções administrativas, dentre outros documentos de conservação permanente². A instalação do Cemej11 em Manaus e o seu reconhecido trabalho de incentivo à consulta, preservação e guarda documental exerceu um papel bastante capital no que se refere ao estímulo às pesquisas sobre a Justiça do Trabalho em virtude de uma maior disponibilização de fontes por parte desta instituição e de uma qualificada acolhida aos pesquisadores e acadêmicos. O trabalho desenvolvido pelas direções do Centro de Memória junto à comunidade de historiadoras e historiadores tem sido fundamental para que ocorra uma efetiva utilização desta valiosa documentação nas pesquisas acadêmicas. Para tanto, devemos destacar o pioneiro trabalho da historiadora Francisca Deusa da Costa, que ocupou o cargo de direção da instituição e selou muitas parcerias tanto com

2 MEMÓRIA VIRTUAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Disponível em: <https://www.csjt.jus.br/web/csjt/memorial-virtual-da-justica-do-trabalho/trt-11-rr-am>



nosso laboratório (o LABUHTA), quanto com a ANPUH/AM e com o GT Mundos do Trabalho – seção Amazonas.

A disponibilização e preservação do acervo da Justiça do Trabalho pelo Cemej11 e a qualificada acolhida aos acadêmicos e pesquisadores somados a um significativo crescimento do campo da história social do trabalho e do interesse acadêmico sobre as experiências e anseios da classe trabalhadora brasileira levaram ao desenvolvimento de um conjunto de pesquisas que colocam centralidade na Justiça do Trabalho, seja como fonte para as pesquisas, ou seja, como o próprio objeto da investigação. Para Clarice Speranza, “tais trabalhos possibilitam refletir sobre o papel do arcabouço legal na constituição da identidade, da organização e das ações dos trabalhadores brasileiros. Os novos estudos esmiúçam a constituição das normas trabalhistas e iluminam aspectos que haviam sido negligenciados nas interpretações anteriores” (Speranza, 2013, p. 416-437).

É fundamental destacarmos que este crescente interesse dos historiadores pela relação entre história e direito é fortemente tributária da influência da obra de E. P. Thompson e da história social inglesa. A publicação do livro *Senhores e Caçadores* (Thompson, 1987b) presta uma valiosa contribuição ao pensar o direito e a justiça como campos em disputa – e não mais como instrumento de poder da classe dominante, como era usual por parte de um marxismo ortodoxo e determinista. Ademais, destaca que a lei e a justiça não se resumem ao aparelho judiciário e legislativo, estado diretamente relacionado não apenas às instituições, mas também às ideologias e códigos de lei. Neste sentido, é fundamental pensar a percepção do domínio da lei como um elemento que passa a ser estruturado a partir de uma noção de justiça que se fundamenta na relação entre as leis e as diversas práticas sociais alicerçadas em costumes e tradições historicamente constituídos.

Devemos destacar que as preocupações de Thompson sobre o direito e a justiça estão presentes em boa parte de sua obra – desde a *Formação da Classe Operária Inglesa* (Thompson, 1987a). No entanto, é em *Senhores e Caçadores* que o autor sistematiza de forma mais clara suas proposições sobre o tema. Neste sentido, Alexandre Fortes destaca que, para Thompson, “a lei não pode ser localizada apenas no aparato judiciário e legislativo, mas aparece como componente intrínseco ao conflito, que se caracteriza não como uma luta contra a propriedade (e a lei que a mantém) mas entre definições distintas de propriedade (e, portanto, dentro da lei até onde possível e recorrendo a uma noção



legitimadora de justiça quando estas possibilidades se esgotam)” (Fortes, 2010, p. 89–111).

No estado do Amazonas, o interesse por parte dos historiadores pela documentação da Justiça do Trabalho é relativamente recente, mas com resultados já bastante representativos. Considerando que, como destacamos, a instalação do TRT em Manaus ocorreu apenas no início da década de 1980 e a criação do Cemej11 somente em 2010, o interesse pelos estudos sobre o tema demoraram ainda um pouco a se consolidar. Devemos destacar primeiramente os esforços do professor Nelson Tomelin Jr. que desenvolveu importante pesquisa junto ao Cemej11 e estimulou o interesse de discentes pelo tema por meio da realização de projetos de iniciação científica através do Procad/Capes “Trabalho, Cultura e Cidade” (PUCSP/UFAM/UFCEG). Entre seus trabalhos publicados sobre o tema destacam-se os artigos: *Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia brasileira* (2017)³ e *Processos Trabalhistas, Cultura e Natureza (Amazônia, décadas de 1970 e 1980)* (2019)⁴. No primeiro, o autor busca discutir dimensões sociais de relações trabalhistas a partir de processos judiciais da Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara, cidade do interior do Amazonas, destacando os processos de constituição da memória e das resistências destes trabalhadores e trabalhadoras. No segundo, a partir de um conjunto de ações judiciais trabalhistas apresentadas no período de 1973 a 1980 à Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara, busca analisar os conflitos na formação da propriedade e dos latifúndios na Amazônia a partir de práticas de derrubada da floresta e constituição de relações precárias de trabalho na região durante a ditadura civil-militar de 1964. São trabalhos importantes e que serviram de referência aos trabalhos que foram desenvolvidos posteriormente.

No âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da UFAM (PPGH/UFAM), algumas pesquisas que utilizaram a documentação do Cemej11 já começaram a ser defendidas. São os casos das dissertações de Avelino Pedro Nunes Bento da Silva (cuja dissertação intitulada *Histórias, poderes, disputas e resistências: trabalhadores em uma Junta de Conciliação e Julgamento (Itacoatiara, AM, 1979-1984)*

3 TOMELIN JR, Nelson; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. “Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia brasileira”. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. São Paulo, v. 58, 2017.

4 TOMELIN JUNIOR, N.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Processos Trabalhistas, Cultura e Natureza (Amazônia, décadas de 1970 e 1980)*. Fênix (UFU. Online), v. 16 n1, p. 1-27, 2019.



foi defendida em fevereiro de 2021)⁵, de Vanessa Cristina da Silva Sampaio (Trabalho e Resistência: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986), defendida em fevereiro de 2022)⁶ e de Isabel Cristina Saboia Varão (Reivindicando e negociando direitos: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho (1988-1999), defendida em março de 2022)⁷.

Fazendo uso dos processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de Itacoatiara (JCJ-ITA), Avelino Pedro Nunes Bento da Silva buscou investigar as diferentes experiências de vida, perspectivas de resistências e práticas de organização de trabalhadores e trabalhadoras em disputas por direitos na cidade de Itacoatiara, procurando revalorizar as experiências daqueles sujeitos e apreender dimensões suas de luta e práticas sociais naquele período de ditadura civil-militar (1964/1985)⁸.

Na dissertação *Trabalho e Resistência: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986)*, Vanessa Cristina da Silva Sampaio serve-se dos dissídios coletivos disponíveis no Cemej11 e de variada gama de fontes para analisar as greves e disputas sindicais ocorridas no Distrito Industrial nos primeiros anos da década de 1980. São analisadas as relações de conflitos entre patrões e empregados junto à Justiça do Trabalho, sobretudo, no plano das organizações coletivas e atuação da categoria metalúrgica durante as greves. A partir deste enfoque também são discutidas a participação da mulher operária na esfera grevista e sindical no Distrito, possibilitando o debate de temas como o direito reprodutivo, divisão sexual do trabalho e política sexista⁹.

5 Silva, Avelino Pedro Nunes Bento da, *Histórias, poderes, disputas e resistências: trabalhadores em uma Junta de Conciliação e Julgamento (Itacoatiara, AM, 1979-1984)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. (orientada pelo professor Nelson Tomelin Jr.).

6 SAMPAIO, Vanessa Cristina da Silva. *Trabalho e Resistência: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. (orientada pelo professor César Augusto Queirós).

7 VARÃO, Isabel Cristina Saboia. *Reivindicando e negociando direitos: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho (1988-1999)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. (orientada pela professora Marial Luíza Ugarte Pinheiro).

8 De Avelino Silva ver ainda: Silva, Avelino P. N. B. da. (2022). *HISTÓRIA, CULTURA E JUSTIÇA: PROCESSOS TRABALHISTAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES EM ITACOATIARA-AM (AMAZÔNIA BRASILEIRA, 1977/1988)*. Revista Outras Fronteiras, 8(2), 33–48.

9 De Vanessa Sampaio ver ainda: SAMPAIO, Vanessa. *A CLASSE NOS TRIBUNAIS: REPRESENTATIVIDADE E DISPUTAS POLÍTICAS NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO AMAZONAS EM 1984*. In: VI Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia, 2022. Parintins. Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia. Manaus: EDUA, 2022. v. 1. p. 400-410. SAMPAIO, Vanessa. *O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas: contradições e resistências na década de 1980*. In: César Augusto Bubolz Queirós, Davi Avelino Leal, Anderson Vieira Moura. (Org.). *Amazônia Republicana: estudos sobre poder, política e trabalho*. Ied.Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 167-182. SAMPAIO, Vanessa. *Metalúrgicos na Justiça do Trabalho: a greve geral de 1985 no Distrito Industrial de*



Em *Reivindicando e negociando direitos: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho (1988-1999)*, Isabel Cristina Saboia Varão busca analisar as reivindicações e estratégias de negociações das trabalhadoras de Manaus que moveram processos trabalhistas nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, no período compreendido entre 1989 e 1999, por meio dos dissídios individuais trabalhistas, periódicos, relatórios estatísticos, e um amplo leque de documentos¹⁰.

Devemos destacar ainda os trabalhos de Pedro Marcos Mansour Andes, em especial o capítulo *História e Memória da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus: As fontes da Justiça do Trabalho da Manaus do Estado Novo*¹¹. Neste trabalho, o autor busca analisar o processo de instalação da Justiça do Trabalho em Manaus, destacando as documentações que foram produzidas pela 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus durante o período da ditadura do Estado Novo, destacando as principais demandas que foram levadas pelos trabalhadores para o julgamento neste novo espaço de luta por direitos.

No presente dossiê, reunimos parte dos textos que foram apresentados no evento relativo à 16ª Primavera dos Museus. Assim, no artigo intitulado *A Justiça do Trabalho e sua historicidade sob a perspectiva da História Social*, Francisco Pereira Costa busca fazer uma discussão sobre a Justiça do Trabalho e sua historicidade a partir das pesquisas realizadas e destacando a existência de uma justiça especializada, que tinha como escopo a resolução de conflitos.

Em *A luta por direitos e processos trabalhistas em uma Junta de Conciliação e Julgamento (Itacoatiara-AM, década de 1980)*, Avelino Pedro Nunes Bento da Silva parte da análise de dois processos trabalhistas da Junta de Conciliação e Julgamento de

Manaus. In: César Augusto B. Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). 90 Anos da Revolução de 30. 1ed. Manaus: EDUA, 2021.

10 De Isabel Varão ver ainda: VARÃO, Isabel C. S.. O ARQUIVO JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO: UM POTENCIAL A SER EXPLORADO. Manduarisawa revista eletrônica discente do curso de História da UFAM, v. 4, p. 1, 2020. E A JUSTIÇA DO TRABALHO EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO: UMA INSTITUIÇÃO OCUPADA POR TRABALHADORES (1941-1982). In: VI Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia, 2022. Parintins. Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia. Manaus: EDUA, 2022. v. 1. p. 184-192.

11 ANDES, P. M. M.. História e Memória da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus: As fontes da Justiça do Trabalho da Manaus do Estado Novo. In: César Augusto B. Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). 90 Anos da Revolução de 30. 1ed. Manaus: EDUA, 2021, v., p. 7-195.



Itacoatiara (JCJ-ITA) para destacar as experiências de vida dos trabalhadores e seus modos de vida e resistência na luta por direitos trabalhistas.

Em *Os impactos da política neoliberal junto às querelas judiciais amazonenses entre patrões e empregados*, Marineide Ribeiro propõe-se a analisar os impactos da política neoliberal entre empregados e empregadores do Distrito Industrial manauara, buscando entender a conjuntura econômica e política nas quais esses atores estavam inseridos.

No artigo *Justiça do Trabalho e História Social: perspectivas e possibilidades para uma abordagem historiográfica*, Francisca Deusa Sena da Costa busca analisar os usos do processo judicial trabalhista como fonte histórica, destacando os protagonismos possíveis da classe trabalhadora neste universo e o impacto de sua ação coletiva nas conquistas e na forja dos direitos sociais a partir da exigência de melhores condições de trabalho e respeito à dignidade humana.

Os trabalhos aqui reunidos compõem uma significativa amostra da pesquisa científica que vem sendo realizada no estado do Amazonas a partir da documentação da Justiça do Trabalho. São pesquisas que vêm trazendo uma valiosa contribuição para a compreensão da atuação da classe trabalhadora amazonense e de sua luta por direitos. Neste sentido, esta produção interage e se coloca em franco diálogo com um campo que vem apresentando significativo crescimento no âmbito da história social do trabalho. Assim, desejamos uma excelente leitura e que, a partir das análises e interpretações aqui propostas, as leitoras e os leitores possam se sentir folheando as páginas da rica documentação presente no Centro de Memória da Justiça do Trabalho do Amazonas.

Referências Bibliográficas

ANDES, P. M. M.. História e Memória da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus: As fontes da Justiça do Trabalho da Manaus do Estado Novo. In: César Augusto B. Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). **90 Anos da Revolução de 30**. 1ed.Manaus: EDUA, 2021, v. , p. 7-195.

ANDES, Pedro M. M.. História e Memória da 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus: As fontes da Justiça do Trabalho da Manaus do Estado Novo. In: César Augusto B. Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). **90 Anos da Revolução de 30**. 1ed.Manaus: EDUA, 2021, p. 7-195.



DROPPA, Alisson. O poder normativo e a consolidação da Justiça do Trabalho brasileira: a história da jurisprudência sobre o direito coletivo do trabalho. **TEMPO** (NITERÓI. ONLINE), v. 22, p. 220-238, 2016.

FORTES, Alexandre. (2010). O direito na obra de E. P. Thompson. **História Social**, (2), 89–111.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de, DROPPA, Alisson e SPERANZA, Clarice Gontarski. **Direito e história social**: a historiografia acerca da Justiça do Trabalho no Brasil. In: Sociologia política das instituições judiciais [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 151-174.

NEGRO, Antonio Luigi. “O que a Justiça do Trabalho não queimou: novas fontes e questões para a história social”. **Politeia: História e Sociedade**, Vitória da Conquista, v.6, n.1, p. 193-209, 2006, p. 202.

SAMPAIO, Vanessa Cristina da Silva. **Trabalho e Resistência**: as greves do Distrito Industrial de Manaus (1985-1986). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. (orientada pelo professor César Augusto Queirós).

SAMPAIO, Vanessa. A CLASSE NOS TRIBUNAIS: REPRESENTATIVIDADE E DISPUTAS POLÍTICAS NO SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO AMAZONAS EM 1984. In: VI Encontro Estadual de História - **Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia**, 2022. Parintins. Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia. Manaus: EDUA, 2022. v. 1. p. 400-410.

SAMPAIO, Vanessa. Metalúrgicos na Justiça do Trabalho: a greve geral de 1985 no Distrito Industrial de Manaus. In: César Augusto B. Queirós; Anderson Vieira Moura; Davi Avelino Leal. (Org.). **90 Anos da Revolução de 30**. 1ed. Manaus: EDUA, 2021.

SAMPAIO, Vanessa. O Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas: contradições e resistências na década de 1980. In: César Augusto Bubolz Queirós, Davi Avelino Leal, Anderson Vieira Moura. (Org.). **Amazônia Republicana**: estudos sobre poder, política e trabalho. 1ed. Curitiba: CRV, 2021, v. 1, p. 167-182.

SILVA, Avelino P. N. B. da. (2022). HISTÓRIA, CULTURA E JUSTIÇA: PROCESSOS TRABALHISTAS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHADORES EM ITACOATIARA-AM (AMAZÔNIA BRASILEIRA, 1977/1988). **Revista Outras Fronteiras**, 8(2), 33–48.

SILVA, Avelino Pedro Nunes Bento da. **Histórias, poderes, disputas e resistências**: trabalhadores em uma Junta de Conciliação e Julgamento (Itacoatiara, AM, 1979-1984). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021. (orientada pelo professor Nelson Tomelin Jr.).

SPERANZA, C. G. . **O trabalho perante a lei**: os mineiros de carvão na Justiça do Trabalho em São Jerônimo, RS (1946-1954). Topoi (Online): revista de Historia, v. 14, p. 416-437, 2013.

THOMPSON, Edward P.. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987a (3 Vol.)



THOMPSON, Edward P.. **Senhores e caçadores**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987b.

TOMELIN JR, Nelson; DA CUNHA PEIXOTO, Maria do Rosário. “Histórias e justiça em processos trabalhistas: cultura de resistência de trabalhadores na Amazônia brasileira”. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. São Paulo, v. 58, 2017.

TOMELIN JUNIOR, N.; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Processos Trabalhistas, Cultura e Natureza (Amazônia, décadas de 1970 e 1980). **Fênix** (UFU. Online), v. 16 n1, p. 1-27, 2019.

VARÃO, Isabel C. S.. A JUSTIÇA DO TRABALHO EM TERRITÓRIO AMAZÔNICO: UMA INSTITUIÇÃO OCUPADA POR TRABALHADORES (1941-1982). In: VI Encontro Estadual de História - **Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia**, 2022. Parintins. Encontro Estadual de História - Os 200 anos de Independência e seus significados para a Amazônia. Manaus: EDUA, 2022. v. 1. p. 184-192.

VARÃO, Isabel C. S.. O ARQUIVO JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO: UM POTENCIAL A SER EXPLORADO. **Manduarisawa**, v. 4, p. 1, 2020.

VARÃO, Isabel Cristina Saboia. **Reivindicando e negociando direitos**: as trabalhadoras de Manaus na Justiça do Trabalho (1988-1999). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. (orientada pela professora Maria Luíza Ugarte Pinheiro).